

Fátima Cunha Ferreira Pinto *

O sonho absurdo da educação

1989

Quando Miguel de Unamuno afirmou que só quem sonha o absurdo pode realizar o impossível, talvez não pensasse ele, naquele momento, no paradoxal realismo imbutido na proposição que muito mais se prestaria de subsídio a considerações de ordem filosófica do que política propriamente dita. Contrário a qualquer sintoma nihilista, adversário contumaz e declarado da compulsão à morte metafísica do homem, o pensamento de Unamuno vem operar, neste instante combatido do que se convencionou denominar modernidade, como o agente motriz da máquina existencial. O aparente paradoxo, porque intencional e significante, desfaz toda a possibilidade de uma leitura romântica do pequeno fraseado, invertendo a concepção populesca acerca do sonho como o espaço das realizações imaginárias. Fazendo do sonho

idealidade, responsabilizando a capacidade e a necessidade de ideal como potencialidade da ação, Unamuno fornece uma nova dimensão para a categoria humana da qual não partilham os pequenos homens de sonhos medíocres. Fornece também uma redefinição do termo utopia, como um mecanismo absolutamente real, agora distanciado do antigo ranço opiofágico, através do qual a fuga parecia natural, quase necessária à sobrevivência.

É sob o batismo desta nova concepção utópica que pensamos o futuro da educação no Brasil. O absurdo dos nossos mais verdadeiros sonhos, ao pretendermos colaborar para a alfabetização do Brasil, menos nos assusta do que instiga, e quanto mais assusta mais instiga. Nesta hora, quando as oportunidades de formação de um novo quadro político-governamental se delineia, começa para todos nós o primeiro de muitos sonhos absurdos: o da luta por uma profunda transformação da mentalidade políti-

ca nacional, do que decorrerá, compulsoriamente, o desenvolvimento universal da educação brasileira. Sem qualquer desconsideração pelos problemas ordinários que emperram o progresso deste setor específico, tais como melhoria salarial, adequação do espaço físico escolar, qualificação adequada do professor e uma administração moderna desburocratizada, gostaríamos de enfatizar que tudo isto se torna menor diante da apatia ou tibieza política dos governos públicos frente ao grave problema educacional. Não nutrimos ilusões quanto à realidade adversa que nos algema ao reino do só-possível ou do pouco-provável, dada a precariedade em que se encontra a economia do país e/ou a consciência das verdadeiras origens do ostracismo a que relegaram a nossa educação. Resultante de um sistema político de governo que privilegia os sistemas geradores de recursos financeiros — neles creditando o mérito do progresso e do desenvolvimento sociais —, a educação passa a

representar o papel de vilão, uma vez que se enquadra como tomadora e não geradora de recursos financeiros. Se conseguirmos colaborar para a transformação da mentalidade política nacional quanto à necessidade real de priorizar o setor educacional, luta que já abraçamos junto com uma grande milícia idealisticamente afinada, já nos consideraremos tocados pela impossível realidade, já teremos sonhado o absurdo que povoa toda loucura racional.

Depois disto, temos certeza, todos os outros sonhos serão mera decorrência: mais cérebros estarão disponíveis a serviço do desenvolvimento técnico e científico; maior qualificação da mão-de-obra viabilizará uma competição igualitária no acirrado sistema mundial de produção, do que resultará a nossa grande possibilidade de crescimento e desenvolvimento dos setores social, político e econômico.

* Secretária de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro